

Bolonha em Portugal e a reforma do ensino superior

Março 2010

Está concretizada de forma generalizada a implementação do processo de Bolonha em Portugal, num contexto de profunda reforma do sistema de ensino superior Português, o qual goza hoje de uma credibilidade acrescida na sociedade portuguesa e junto de parceiros internacionais relevantes.

Este processo foi recentemente reforçado com a assinatura entre o Governo e todas as instituições, universitárias e politécnicas, de um *Contrato de Confiança*, nos termos do qual as instituições do ensino superior assumem compromissos claros e rigorosos para qualificar com habilitações de nível superior mais 100 mil indivíduos da população activa durante o período de 2010 a 2013, a par do reforço dos seus orçamentos de funcionamento. O contrato está consagrado na proposta de Orçamento de Estado para 2010 de uma forma que estimula o reforço do Processo de Bolonha em Portugal, promovendo o desenvolvimento do sistema binário do ensino superior em Portugal e o reforço das suas instituições, a diversidade das áreas de formação, a qualificação crescente do seu corpo docente, o reforço do sucesso escolar, da cooperação internacional, da abertura à sociedade e, muito em especial, a rápida expansão dos níveis de qualificação superiores da população.

Estes aspectos viriam a ser discutidos e reconhecidos no Conselho Europeu de Educação do passado dia 15 de Fevereiro como um modelo inovador que define uma contratualização de objectivos e recursos acrescidos à escala nacional, garantindo a autonomia das instituições e suscitando no sistema de ensino superior uma responsabilidade colectiva em torno de objectivos nacionais. Já em Novembro de 2008, o Comité de Educação da OCDE elogiou o progresso da reforma do ensino superior português, passados cerca de dois anos da apresentação do relatório de peritos internacionais a quem a OCDE solicitou em 2006 a avaliação do sistema de ensino superior em Portugal a pedido do Governo Português.

De um modo retrospectivo, a implementação do processo de Bolonha em Portugal incluiu a abertura do sistema de ensino superior a novos públicos e ao desenvolvimento do ensino da educação pós-secundária através do sector politécnico, tendo ainda sido acompanhado pelo reforço da capacidade científica e tecnológica.

As novas inscrições no ensino superior (1º ano, 1ª vez) aumentaram cerca de 40% nos últimos 5 anos. A base de recrutamento do ensino superior foi substancialmente alargada, sendo que a fracção da população com 20 anos inscrita no ensino superior cresceu 15% entre 2005 e 2009 atingido 35% e, portanto, valores próximos da média europeia. Este processo foi conduzido tendo por base a consolidação de um sistema binário em Portugal e o reforço de todas as suas instituições, assegurando a diversidade no conteúdo das áreas de formação, da saúde às engenharias, das humanidades às artes, das ciências sociais às ciências da natureza e às tecnologias.

O sistema politécnico cresceu e consolidou-se, tendo respondido a novas solicitações que entretanto foram revistas legislativamente no que respeita à abertura a novos públicos e à adopção do Processo de Bolonha em Portugal. Entre outros aspectos:

- O número de adultos (maiores de 23 anos) inscritos pela 1ª vez no ensino superior cresceu mais que 13 vezes, tendo atingido mais de dez mil novas inscrições em 2009 (eram apenas 900 em 2005);
- O número de alunos inscritos em cursos de especialização tecnológica, CETs, cresceu cerca de 20 vezes, tendo atingido cerca de seis mil novas inscrições em 2009 (eram apenas 294 em 2005).

O alargamento da base social do ensino superior foi acompanhado por um reforço continuado dos apoios aos estudantes, sendo de registar que o número de bolseiros da Acção Social aumentou cerca de 4% desde 2006, tendo atingido mais de 75000 estudantes em 2009 (representando 21% dos estudantes do ensino superior). Adicionalmente, foi introduzido em 2007 um sistema inovador de empréstimos para os alunos do ensino superior, aberto a toda a banca, sem quaisquer garantias individuais e com garantia mútua pelo Estado, que apoiava em Dezembro de 2009 cerca de onze mil estudantes.

Ainda como resultado imediato das medidas tomadas, é importante registar que o número de diplomados pelo ensino superior cresceu 20% entre 2005 e 2008, tendo atingido nesse ano um total de 84.009 novos diplomas em todos os ciclos de estudo (eram 69.987 em 2005). Ao mesmo tempo, o índice de sucesso escolar passou a ser de 70%, a média dos países da OCDE.

Mas a abertura da base de recrutamento do ensino superior foi ainda particularmente acompanhada por um processo de reforço e especialização crescente da base científica, quantificada, entre outros aspectos, por:

- Um forte aumento dos doutoramentos realizados e reconhecidos por Universidades portuguesas, cerca de 1500 novos doutoramentos por ano, com 51% desses doutoramentos realizados por mulheres, uma das percentagens mais elevadas de toda a Europa. Estes números incluem cerca de 4,5 novos doutoramentos nas áreas de ciência e engenharia em cada dez mil habitantes entre os 25-34 anos, tendo-se atingido a média europeia neste indicador;
- A qualificação do corpo docente atingiu níveis inéditos em Portugal, com a percentagem de docentes doutorados nas Universidades públicas a atingir cerca de 70% e a duplicar nos Institutos Politécnicos públicos.

O reforço da actividade científica, central ao próprio Processo de Bolonha, pode ainda ser evidenciada por uma crescente aproximação entre os sistemas universitário e científico, como quantificado, entre outros aspectos, pelos seguintes dados:

- A despesa total em investigação atingiu 1,5% do Produto Interno Bruto (acima de países como a Espanha e a Irlanda), sendo as empresas responsáveis por metade desse investimento na ciência. A despesa do conjunto das instituições públicas e privadas sem fins lucrativos assume o papel de indutor do crescimento nacional e cresce 70% entre 2005 e 2008. O conjunto dos sectores do Ensino Superior e das

Instituições Privadas sem fins lucrativos representa 42% da despesa nacional total em I&D.

- O número de investigadores na população activa atingiu pela primeira vez 7,2% em 2008, superando a média europeia de 5,7 em cada mil activos, com cerca de 44% mulheres, uma das percentagens mais elevadas na UE. O Ensino Superior e as Instituições Privadas sem fins lucrativos continuam, em conjunto, a representar a maior percentagem de investigadores em ETI no total, com cerca de 66% do total.
- De forma inédita em Portugal, foi introduzido pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia um programa para a contratação de investigadores doutorados, o qual possibilitou reforçar a capacidade das instituições nacionais e a sua competitividade internacional, contribuindo também de forma decisiva para rejuvenescer o conjunto dos investigadores contratados por estas instituições e a sua mobilidade entre instituições nacionais e internacionais. Em Março de 2010 estavam já contratados mais de 1200 investigadores doutorados, dos quais cerca de 66% estão contratados directamente por instituições universitárias. Com cerca de 41% desses investigadores estrangeiros, esta iniciativa veio duplicar a percentagem de investigadores e docentes estrangeiros nas Universidades Portuguesas (eram apenas 3% em 2004);
- Nota-se ainda que, em Março de 2010, são financiadas directamente pela FCT um total de 7.587 bolsas de investigação (incluindo 6.175 bolsas de doutoramento e 1.412 bolsas de pós-doutoramento);
- Foi ainda introduzido em 2008 um programa de apoio à iniciação em actividades e I&D, através de um programa de bolsas para inserção de estudantes do ensino superior em Centros de I&D.

Estes desenvolvimentos foram ainda acompanhados por um processo de crescente internacionalização das instituições académicas, particularmente estimulado através de alianças estratégicas do País com instituições de grande relevância internacional (MIT, Harvard, CMU, Austin, nos EUA, e Fraunhofer na Alemanha, entre outras), apoiadas por programas de afiliação industrial.

Em estreita colaboração com empresas e outras instituições nacionais, estão hoje em curso redes temáticas de pós-graduação e investigação de elevado reconhecimento internacional, com impacto na formação especializada de quadros superiores em Portugal e no desenvolvimento de núcleos de investigação, envolvendo as maiores empresas a operarem em Portugal. Exemplos incluem as áreas dos sistemas sustentáveis de energia e transportes, da bioengenharia, do desenvolvimento de produto e sistemas avançados de produção, da engenharia de software, das redes e segurança de informação e comunicação e do desenvolvimento de conteúdos digitais interactivos, assim como da formação de gestores de topo para o sector empresarial.

De notar que a concretização do Processo de Bolonha em Portugal e a modernização do sistema de ensino superior que lhe está associada, fica ainda caracterizada por uma profunda reforma legislativa. Inseriu-se ainda no actual movimento europeu de modernização de universidades e politécnicos para o desenvolvimento de sociedades e economias do conhecimento. Tratou-se de uma reforma cuidadosamente preparada e amplamente discutida nas suas opções fundamentais, nomeadamente no contexto da

análise aprofundada do sistema de ensino superior português desenvolvida pela OCDE, por solicitação do Governo.

O novo Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES), preparado pelo Governo e aprovado pela Assembleia da República, veio regular de forma inovadora em Portugal os princípios de organização do sistema de ensino superior, a autonomia das universidades e dos institutos politécnicos e os princípios de organização e gestão das instituições de ensino superior.

Foi também preparada pelo Governo e aprovada pela Assembleia da República a nova Lei de Avaliação das Instituições de Ensino Superior, consagrando a necessidade de avaliação externa e independente de cursos e instituições, e fazendo depender a acreditação de ciclos de estudo conducentes à atribuição de graus académicos de prévia avaliação. Neste âmbito, está hoje em pleno funcionamento a Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES), tendo recebido até ao final de 2009 um total de 330 pedidos de acreditação prévia de novos ciclos de estudo. Estão ainda em curso a entrega dos pedidos de acreditação dos cursos em funcionamento, processo que terminará em 31 de Março para as Universidades e a 5 de Abril para os Politécnicos. Dos 330 pedidos de acreditação prévia, 45 cursos referem-se a cursos do primeiro ciclo, 229 cursos referem-se a cursos do segundo ciclo e 56 cursos a cursos do terceiro ciclo. Destes 203 referem-se a cursos do sector universitário, sendo os restantes pedidos de cursos provindos do sector politécnico.

Mas a reforma do sistema de ensino superior completou-se em Julho de 2009 com uma profunda revisão dos estatutos de carreiras do ensino superior universitário e do ensino superior politécnico, visando a sua modernização e o reforço do seu indispensável contributo para o desenvolvimento do País.

Nota-se, finalmente, que ainda no âmbito da reforma legislativa, as instituições de ensino superior publicam anualmente nos seus sítios na internet, desde 2008, relatórios anuais relativos à implementação do processo de Bolonha, incluindo a descrição de alterações estruturais, curriculares, pedagógicas, de apoio ao ensino e à inserção na vida activa, assim como associadas com a transição do modelo de aprendizagem. Este exercício tem estimulado processos de auto-avaliação e de análise institucional, mas também a disseminação de boas práticas relativamente às diversas vertentes institucionais e de aprendizagem associadas com a implementação do processo de Bolonha.

Portugal está hoje mais preparado para enfrentar as suas imperiosas necessidades de crescimento económico e social com mais conhecimento e mais inovação, pessoas e instituições mais qualificadas, uma sociedade mais aberta e com mais cultura científica. Mas muito há a fazer!

É nestas circunstâncias que o Contrato de Confiança recentemente assinado entre o Governo e todas as instituições, universitárias e politécnicas, preconiza um modelo social renovado para o ensino superior. De instituições capazes de se concentrarem não apenas na formação de jovens estudantes, mas, muito mais do que até agora, na

formação superior de adultos activos à procura do seu primeiro diploma superior ou da formação contínua necessária à sua actualização cultural e científica ou reconversão profissional, e validada por um grau superior. O objectivo é reforçar um sistema de ensino superior aberto à sociedade, central a todo o processo de Bolonha e à reforma do ensino superior que lhe está associada.

Anexos:

- “Bolonha: Grandes números: Estudo 1”, DGES, Outubro de 2009
- “Bolonha: Grandes números: Estudo 2 Distribuição por áreas científicas e distritos”, DGES, Fevereiro 2010

Sítios na Internet relevantes:

- DGES (pesquisa dinâmica de cursos):
<http://www.dges.mctes.pt/DGES/pt/OfertaFormativa/Pesquisa/>
- A3ES: <http://www.a3es.pt/>
- Alguns relatórios típicos referentes à implementação do processo de Bolonha em universidades e politécnicos:

<i>Instituição de ensino superior</i>	<i>links</i>
Universidade do Porto	http://sigarra.up.pt/up/web_base.gera_pagina?P_pagina=1001223
Universidade de Coimbra	http://www.uc.pt/tomenota/2010/20100104_1
Universidade de Lisboa	http://www.ul.pt/portal/page?_pageid=173,855065&_dad=portal&_schema=PORTAL
Instituto Politécnico do Porto	http://www.ipp.pt/index.php?id=9&sub=71
Instituto Politécnico de Setúbal	http://www.ips.pt/ips_si/web_base.gera_pagina?p_pagina=28866
Instituto Politécnico de Leiria	http://www.ipleiria.pt/portal/ipleiria?p_id=13681&content.id=180707